

Banco Mundial - BIRD
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
SCN Quadra 2 Lote A
Ed. Corporate Financial Center, salas 702/703
70712-900 Brasília – DF, BRASIL
Tel.: 55 61 3329-1000 – Fax: 3329-1010
www.bancomundial.org.br



IBRD - The World Bank
INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION
AND DEVELOPMENT
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433, U.S.A.
Phone: 1 202 - 473-1000
Fax: 1 202 - 477-6391
www.worldbank.org

Brasília, 18 de maio de 2010

A Sua Senhoria o Senhor
Tercílio Bonessi
Presidente
Comitê de Gerenciamento da Bacia hidrográfica do Rio Itajaí
BRASIL
Fax: (47) 3221-6203

Ref.: Brasil: Programa de Competividade Rural de Santa Catarina - Santa Catarina Rural /
Microbacias 3: Componente Gestão de Recursos Hídricos

Senhor Tarcílio,

Apraz-me, em primeiro lugar, expressar a V. S^a meus sinceros agradecimentos pelas sugestões enviadas por meio de sua correspondência. Conforme é de Vosso conhecimento, as equipes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Estado de Santa Catarina estão preparando os documentos necessários para a possível aprovação e assinatura do Programa de Competividade Rural de Santa Catarina - Santa Catarina Rural / Microbacias 3 (doravante SC Rural). Este programa, focado fundamentalmente na Agricultura Familiar, está sendo proposto para financiamento do BIRD, sob a Coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR), com apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), e em parceria com quatro outras Secretarias de Estado que serão co-executoras do Programa, a saber: Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS); Infraestrutura (SIE); Turismo, Cultura e Esporte (SOL); e Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SSP).

Antes de responder aos pontos específicos levantados por V. S^a, gostaria de fazer algumas considerações gerais relativas à: i) forma como o Banco iniciou sua parceria com o Estado de Santa Catarina nesta área de recursos hídricos, de onde inclusive surgiu a proposição de inclusão de ações específicas de apoio aos Comitês de Bacia na proposta do SC Rural; e ii) o processo recente de preparação do SC Rural, onde se prevê que na área de Gestão de Recursos Hídricos (GRH) o programa estará complementando uma parte das ações e recursos já previstos pelo Estado para consolidar o desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema Estadual de GRH a médio e longo prazos.

Em relação aos antecedentes da parceria do Banco com o Estado de Santa Catarina, gostaríamos de ressaltar que o Componente GRH do SC Rural é uma extensão do Componente Gestão Ambiental – Sub-Componente Apoio à Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas – do Projeto Microbacias II. Com apoio deste foram lançados no mês de março passado os três Planos Estratégicos das Bacias dos Rios Jacutinga, Chapecó e Timbó, onde, efetivamente, os Comitês já existentes e a ser criados, participaram ativamente do processo de construção dos mesmos. Também foi a partir deste Componente Gestão Ambiental do Microbacias II que a SDS, através da DRHI, contratou consultoria para elaborar os “Estudos dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos para o Estado de Santa Catarina, e Apoio para sua Implantação”. A partir destes estudos o Estado de

Santa Catarina, seguindo o processo natural, a exemplo da União e de outros Estado da Federação, está se baseando para sua estruturação quanto à gestão de recursos hídricos. Este conjunto de estudos permitiu com que o Estado pudesse contar com:

- Estudos da Regionalização Hidrológica;
- Estudos dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos;
- Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos de Santa Catarina;
- Sustentabilidade Financeira das Agências de Bacias;
- Engenharia Financeira do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Concepção do Plano Estadual e Diretrizes de Planos de Bacias;
- Sinterma de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- Panorama de Recursos Hídricos de Santa Catarina.

Ainda em relação à parceria do Banco com o Estado, gostaria de ressaltar que a proposição de inclusão de ações específicas do SC Rural em apoio aos Comitês surgiu do processo acima mencionado, que vem sendo construído no Estado com apoio do Banco. Este processo inclui tanto as ações citadas acima, propostas nos últimos anos pela Diretoria de Recursos Hídricos (DRHI/Estado), que constituem a base da estruturação e re-estruturação paulatina do Sistema Estadual de GRH, quanto contempla muitas outras ações que não estão incluídas no SC Rural, e que constituem as Estratégias do Estado nesse segmento. Por exemplo, temos informação da DRHI sobre a reestruturação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), que entendemos ser uma das ações-base da atual Gestão da DRHI, com as discussões participativas sendo operadas de dentro do CERH, nas Comissões Técnicas, chegando-se ao novo Regimento Interno do CERH (já minutado para avaliação do CERH), e ao regramento/renovação das entidades participantes, oxigenando e colocando o CERH como peça central, realmente atuante nas definições das Políticas e execução de Projetos em Recursos Hídricos no Estado. Espera-se que isso torne o CERH menos “ausente do processo decisório”, ou seja, mais atuante e determinante das políticas de gestão de recursos hídricos do Estado. Apesar de não estar no SC Rural, evidentemente esta é uma ação concreta do Estado/DRHI.

Com relação ao processo de preparação do SC Rural, acreditamos que, como todo programa que visa apoiar a consolidação de Políticas de Estado, precisa ser desenhado como um processo que permita flexibilidade durante sua implementação, e não como um projeto com desenho “fechado” que poderia impedir esta flexibilização durante o processo participativo de sua implementação. Neste momento, estão sendo discutidos com o Governo do Estado alguns pontos chaves e compromissos políticos fundamentais para a execução do SC Rural, dentre eles, a garantia da sustentabilidade do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO. Acreditamos que estes compromissos assumidos e efetivados irão assegurar que as ações planejadas pelo Programa SC Rural sejam executadas e implementadas de forma contínua garantindo não somente o seu êxito, ganhando não somente o pequeno agricultor familiar, mas também todos os usuários da água, contribuindo assim para a implantação da política pública de recursos hídricos, fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Santa Catarina.

Com relação aos pontos específicos levantados por V. S^a, gostaria de ressaltar:

Outorga pelo uso da água: como mencionado acima, o SC Rural cobre apenas uma parte das ações estratégicas do Estado. Entendemos que, para um Estado que nunca outorgou os usos da água, está se trabalhando no sentido de alcançar o objetivo de implementar a outorga em bacias onde o cadastramento de usuários já ocorreu. No entanto, conforme informações fornecidas pela SDS/DRHI, para dar continuidade ao processo de implementação da outorga, estão sendo sanadas algumas

dificuldades técnicas e complexas (estudos específicos) que impediam esta continuidade. No contexto do SC Rural, será executado o cadastramento de usuários de recursos hídricos nas bacias onde este ainda não ocorreu. Prevê-se que as campanhas de mobilização e treinamento para cadastramento sejam realizadas em 15 bacias, com a participação dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas e dos usuários de água, respeitando as condições sociais, econômicas e antropológicas de cada região do estado. Acredita-se que, subsequentemente, o Estado dará continuidade ao processo de outorga, já que esta ação é parte integrante de seu programa de trabalho.

Planos de bacia hidrográfica: cabe ressaltar que na verdade não são estudos estratégicos e sim Planos Estratégicos de Bacias (Plano da Bacia Hidrográfica), cujo produto final determinarão, em conjunto com cada comitê, as ações emergenciais, setoriais, de apoio e execução a serem implementadas em cada bacia. Segundo o desenho do SC Rural, as considerações de ordem ambiental e social serão integradas no processo participativo de elaboração dos Planos, visando prevenir e remediar eventuais impactos ambientais e sociais da implementação do mesmo, ainda que esta não seja objeto direto do SC Rural. Estudos estratégicos recomendados pelo Plano (para estabelecer, por exemplo, critérios de outorga específicos de uma bacia objeto do Plano, ou para elaborar pre-projetos de saneamento básico) poderão ser financiados pelo SC Rural, no entanto, eventuais obras estruturais serão objeto de outros recursos do Estado, com possibilidade de associá-las a outro empréstimo do Banco. Por último, ressaltamos que, na minuta do Manual Operacional do SC Rural, está bem clara a forma de como será implementado o Plano de Bacia:

“Para implementação dos planos de bacias, serão criadas rubricas orçamentárias no Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO para cada plano de bacia elaborado. No decorrer da execução do Projeto SC Rural / Microbacias 3, novas rubricas orçamentárias serão criadas para os novos planos elaborados.

Desta maneira, cada Comitê de Bacia terá um orçamento próprio junto ao FEHIDRO para estabelecer quais as ações emergenciais, de curto e médio prazo que serão executadas no ano. O orçamento proposto pelo comitê deverá ser submetido ao Conselho Estadual de recursos Hídricos (CERH), responsável pela supervisão e aprovação dos planos de aplicação dos recursos do fundo e propostas orçamentárias.

Para implantar os planos de bacias ocorrerá uma discussão com cada comitê de bacia em reunião ordinária quais as atividades que serão executadas por ano, desenvolvendo desta forma um planejamento anual de implementação. Somente será desenvolvidas as ações que estejam contempladas nos planos de bacias ou que o comitê de bacia estabeleça como prioritária em sua assembleia ordinária. Não fará parte de plano anual da aplicação de recursos financeiros da rubrica orçamentária de implementação dos planos, as ações e projetos que o comitê de bacia não aprovar assembleia ordinária.”

Arranjo político institucional:

1) *Conselho Estadual de RH (CERH):* o Projeto SC Rural prevê, no item “Arranjos e Responsabilidades Institucionais de Implementação”, o envolvimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) por meio do seguinte texto: “*Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS. Prestará apoio no acompanhamento metas e resultados, aplicação e definição dos recursos do Fundo de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para execução do SC Rural, via modalidade SWAp. Será o “fórum” de discussão das aspirações dos representantes das entidades ligadas a gestão de recursos hídricos de Santa Catarina, no que concerne a execução do SC Rural. Para operacionalizar será criada uma câmara técnica específica do projeto no CERH, para acompanhar, analisar e emitir pareceres sobre assuntos a serem deliberados por este conselho.*” Temos conhecimento de que o Estado entende a necessidade da reformulação do CERH, no sentido de adequá-lo à Lei Federal, dando-lhe assim maior legitimidade, reforçando o seu papel como instância normativa e deliberativa no que tange à gestão

dos recursos hídricos do Estado. Assim sendo, fomos informados pela DRH de que a Comissão de Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais (CTIL) do CERH discutiu exaustivamente uma proposta de reformulação de sua composição, permitindo, assim, uma participação mais ampla da sociedade civil (comitês de bacias) e dos usuários dos recursos hídricos. Como o CERH foi criado por lei, é necessário um novo Projeto de Lei (PL) para as devidas alterações e para a aprovação de um novo Regimento Interno. Segundo o PL proposto, o Conselho passaria a ter 24 membros, distribuídos em diversos segmentos do poder público estadual, sociedade civil e usuários de RH. Segundo informações da DRHI/SDS, está prevista a inclusão na pauta da próxima reunião do CERH (abril/maio 2010) a definição dos órgãos da administração pública que comporão o CERH.

2) *Agências de Bacia*: está previsto pelo SC Rural um estudo detalhado para verificar a viabilidade técnica e financeira destas agências de acordo com a legislação pertinente à matéria. Este estudo será discutido e acompanhado pelo CERH e pelos Comitês de Bacia.

3) *Outros assuntos*: está previsto pelo SC Rural um estudo de Planejamento Estratégico da SDS e do Órgão Gestor para auxiliar a efetividade da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Respeitosamente,



Mark Lundell

Coordenador Setorial

Departamento Desenvolvimento Sustentável para o Brasil

Banco Mundial - Brasil

Região da América Latina e do Caribe

cc.: Sr. Athos de Almeida Lopes, Gerente, Projeto Microbacias III - Fax: (48) 3239-4113